

Demonstrações Financeiras

MM & Santos Participações S.A.

31 de dezembro de 2023

Com Relatório do Auditor Independente

MM & Santos Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas
MM & Santos Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MM & Santos Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MM & Santos Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S.
CRC SP-027623/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alexandre Fermínio Alvares', is written over the printed name and title.

Alexandre Fermínio Alvares
Contador CRC SP-211793/O

MM & Santos Participações S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Dividendos a receber	4	<u>14.765</u>	<u>17.281</u>
Total do ativo circulante		<u>14.765</u>	<u>17.281</u>
Não circulante			
Investimento	5	<u>629.402</u>	<u>474.573</u>
Total do ativo não circulante		<u>629.402</u>	<u>474.573</u>
Total do ativo		<u>644.167</u>	<u>491.854</u>

MM & Santos Participações S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)--(continuação)

	Nota explicativa	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	6	16.500	19.016
Outros passivos		274	222
Total do passivo circulante		16.774	19.238
Patrimônio líquido	6		
Capital social		333.400	243.000
Reserva legal		25.047	18.387
Reserva de lucros		268.946	211.229
Total do patrimônio líquido		627.393	472.616
Total do passivo e do patrimônio líquido		644.167	491.854

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

MM & Santos Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais		(52)	(57)
Equivalência patrimonial		156.094	128.863
		<u>156.042</u>	<u>128.806</u>
Lucro líquido do exercício		<u>156.042</u>	<u>128.806</u>
Quantidade ponderado de ações do capital social		<u>83.406.038</u>	<u>83.406.038</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>1,87</u>	<u>1,54</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

MM & Santos Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	156.042	128.806
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	<u>156.042</u>	<u>128.806</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

MM & Santos Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Total	
			Reserva legal	Reserva de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2021		120.000	10.488	109.217	29.272	-	268.977
Incorporação - RF&N Participações S.A.	1	43.000	2.299	30.523	74	-	75.896
Aumento de capital	6 b)	80.000	-	(51.067)	(28.933)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	128.806	128.806
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	6 d)	-	5.600	-	-	(5.600)	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6 e)	-	-	-	16.809	(16.808)	1
Dividendos propostos	6 c)	-	-	-	-	(1.064)	(1.064)
Reserva de capital de giro	6 f)	-	-	105.334	-	(105.334)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		243.000	18.387	194.007	17.222	-	472.616
Aumento de capital		90.400	-	(73.658)	(16.742)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	156.042	156.042
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal		-	6.660	-	-	(6.660)	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais		-	-	-	22.845	(22.845)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(1.265)	(1.265)
Reserva de capital de giro		-	-	125.272	-	(125.272)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		333.400	25.047	245.621	23.325	-	627.393

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

MM & Santos Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Lucro líquido do exercício		156.042	128.806
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial		(156.094)	(128.863)
		<u>(52)</u>	<u>(57)</u>
Aumento dos passivos operacionais:			
Outros passivos		52	57
		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		-	-
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Dividendos recebidos		3.781	3.809
Caixa gerado pelas atividades de investimento		<u>3.781</u>	<u>3.809</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(3.781)	(3.809)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(3.781)</u>	<u>(3.809)</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalente de caixa		-	-
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício		--	-
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A MM & Santos Participações S.A. (“Companhia”) com sede em São José do Rio Preto - SP tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como administração de bem próprios.

A Companhia possui participação societária na Facchini Participações S.A. “holding”, controladora do Grupo Facchini, que por sua vez, possui participação e controla a sociedade operacional Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo.

Considerando a MM & Santos é uma holding familiar, mantendo apenas investimento em sociedades do Grupo Facchini, essas demonstrações financeiras têm que ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras das sociedades Facchini Participações S.A. e Facchini S.A., cuja demonstrações financeiras foram emitidas em 10 de abril de 2024 e 20 de março de 2024, respectivamente.

Aspectos societários

Em 31 de agosto de 2022, a administração da Companhia aprovou a incorporação do acervo líquido contábil da RF & N Participações S.A. ao seu patrimônio líquido, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de julho de 2022, conforme laudo de avaliação emitido por perito independente, conforme demonstrado abaixo:

Ativo circulante	
Dividendos a receber	3.250
Ativo não circulante	
Investimento em coligada – Facchini Participações S.A.	76.044
Passivo circulante	
Dividendos a pagar	(3.310)
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>(88)</u>
Acervo líquido contábil	<u>75.896</u>

A Incorporação da RF&N pela MM & Santos S.A. integra um projeto de reorganização societária, que trará consideráveis benefícios de ordem financeira, operacional e administrativa, de forma que o objetivo da incorporação é a racionalização das atividades econômicas das sociedades envolvidas e do seu gerenciamento patrimonial, o que justifica plenamente a operação de incorporação.

Como decorrência, a RF & N Participações S.A. teve sua personalidade jurídica extinta e a MM & Santos Participações S.A. passou a condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia e autorizadas para emissão em 10 de abril de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. A administração da Companhia não identificou em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estimativas que requeressem maior nível de julgamento, sem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas não foram consideradas significativas para as essas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

O resumo das práticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte:

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis materiais--Continuação

2.3 Base de elaboração--Continuação

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, outros resultados abrangentes, tampouco instrumentos financeiros derivativos.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis materiais--Continuação

2.3 Base de elaboração--Continuação

b) Instrumentos financeiros--continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem outros passivos.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

A conta de reserva para incentivo fiscal representa a equivalência reflexo da reserva de incentivo fiscal da sociedade investida Facchini Participações S.A. (Nota 6.e).

d) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis materiais--Continuação

2.3 Base de elaboração--Continuação

e) Capital social - Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

f) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício.

g) Investimento em coligada

Nas demonstrações financeiras da Companhia, as informações financeiras da coligada Facchini Participações S.A., onde a Companhia mantém participação de 33,34% (2022 – 33,34%), é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 ou CPC 50 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis materiais--Continuação

2.3 Base de elaboração—Continuação

h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--continuação

consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto relevante nas divulgações de políticas contábeis materiais da Companhia, tampouco não mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis materiais--Continuação

2.3 Base de elaboração—Continuação

h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--continuação

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois;
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois.

i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis materiais--Continuação

2.3 Base de elaboração--Continuação

i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023--continuação

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Práticas contábeis materiais--Continuação

2.3 Base de elaboração--Continuação

i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023--continuação

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem ao risco de liquidez, substancialmente em decorrência da dependência dos dividendos gerados pela entidade operacional do Grupo Facchini S.A. (controlada da Facchini Participações S.A.). A administração da Companhia entende que o risco de liquidez é baixo, uma vez que a referida sociedade operacional apresenta historicamente geração de fluxos de caixa suficiente para honrar seus compromissos operacionais e financeiros, manutenção do seu plano de investimento, e remuneração dos seus acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares.

Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

(a) Fatores de risco financeiro--Continuação

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de recebimento de dividendos de sua coligada e pagamento de dividendos aos seus acionistas.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A Companhia não possui dívidas com terceiros.

(c) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Partes relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante		
Dividendos a receber		
Facchini Participações S.A.	<u>14.765</u>	<u>17.281</u>
	<u>14.765</u>	<u>17.281</u>

Remuneração dos administradores

O principal administrador da Companhia é remunerado por meio da sociedade do Grupo, Facchini S.A. A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

5. Investimento em coligada

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo investimento na coligada Facchini Participações S.A., que está sediada na cidade de São José do Rio Preto - SP, tendo por objetivo social a administração de outras sociedades, participações e investimentos. A Facchini Participações S.A. detém controle da sociedade do operacional Facchini S.A. (Grupo Facchini).

As principais informações da coligada, são as seguintes:

Quantidade de ações		Participação no capital social (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro líquido	
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
2.290.000	2.290.000	33,34%	33,34%	1.000.000	750.000	1.887.827	1.423.436	468.188	436.290

A movimentação do investimento está como a seguir:

Coligada	2022	Equivalência patrimonial	Incorporação	Dividendos aprovados	Outros	2023
Facchini Participações S.A.	474.573	156.094	-	(1.265)	-	629.402
Coligada	2021	Equivalência patrimonial	Incorporação (Nota 1)	Dividendos aprovados	Outros	2022
Facchini Participações S.A.	273.146	128.863	76.044	(3.480)	-	474.573

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado é composto por 83.406.038 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Aumento de capital

Em 25 de abril de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$90.400, sendo R\$16.742 referente ao saldo da conta “Reserva de incentivos fiscais” e R\$73.658 referentes a parte da conta “Reserva de retenção de lucros”.

c) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

d) Reserva de incentivos fiscais

A Lei nº 12.973/2014 em seu art. 30, § 3º destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através de lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido do exercício. Nos exercícios em que a Companhia apurar prejuízo contábil ou lucro líquido inferior à parcela da subvenção governamental, não podendo, nesse caso, constituir a Reserva de Incentivo no montante devido, devera tal constituição ocorrer nos períodos subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu equivalência patrimonial reflexo sobre a conta de reserva de incentivo fiscal da sua coligada (Facchini Participações S.A.), que correspondem aos incentivos fiscais de sua controlada (Facchini S.A.) nos seus estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul - “MS Forte - Indústria”, no Estado da Bahia - “Programa Desenvolve” e “SUDENE”, no Estado do Pará - “SUDAM” e no Estado de Pernambuco - “PROIND”.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Patrimônio Líquido--Continuação

As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja:

- (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos;
- (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos; e
- (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

e) Reserva para capital de giro

Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos.

f) Dividendos

De acordo com o estatuto social aprovado aos 27 dias de abril de 2022, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Até 2021 o estatuto social previa que os acionistas tinham direito a dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro líquido anual ajustado.

MM & Santos Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Patrimônio Líquido--Continuação

Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	156.042	128.863
(-) Reserva de incentivos fiscais	(22.845)	(16.808)
(-) Reserva Legal	(6.660)	(5.600)
Lucro líquido do exercício ajustado	126.537	106.455
Dividendos mínimos obrigatórios (1% - 2023) (1% - 2022)	1.265	1.064
Dividendos adicionais propostos	-	-
Dividendos (incorporação RF & N Participações S.A.)	-	3.250
Dividendos de anos anteriores ainda não liquidados	19.016	18.511
(-) Dividendos pagos no período	(3.781)	(3.809)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	16.500	19.016

Em 2023 e em 2022 a Companhia optou por não pagar juros sobre o capital próprio.

* * *